

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado dia 16 de julho, uma delegação do PCP, acompanhada por representantes da Direção Regional de Cultura do Algarve, visitou o Castelo de Paderne (concelho de Albufeira).

O Castelo de Paderne, classificado como imóvel de interesse público, é uma pequena fortificação rural, fundado pelos almóadas na segunda metade do século XII. Na construção das suas muralhas, que envolvem uma área com cerca de um hectare, foi exclusivamente utilizada a taipa militar. O dispositivo defensivo foi dotado de uma torre albarrã, que se conserva ainda. No interior do castelo, as intervenções arqueológicas exumaram estruturas habitacionais, demonstrando que, ao abrigo das muralhas, o espaço foi totalmente urbanizado.

Decorrem, atualmente, obras de conservação e restauro dos módulos de taipa almóada da torre albarrã, usando técnicas e materiais da época. Estas obras, comparticipadas por fundos comunitários, estão atrasadas: com duração prevista de 4 meses, decorrem desde setembro de 2017. Após a conclusão destas obras, iniciar-se-ão outras, também de conservação e restauro da taipa, no alçado nascente da muralha, para as quais já existe financiamento.

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Castelo de Paderne, desde os anos oitenta do século passado, permitiram identificar estruturas fortificadas, edifícios habitacionais, uma igreja e um conjunto diversificado de materiais, cronologicamente enquadrados entre o século XII (período Medieval Islâmico - Almóada) e o século XVIII (período moderno).

Estes trabalhos devem ter continuidade, quer no interior do castelo, quer na colina onde este se encontra situado, revelando, em toda a sua plenitude, o valioso património arqueológico existente neste local.

O acesso ao Castelo de Paderne é feito por uma estrada, cujos últimos 2.100 metros são de terra batida em muito mau estado. Quando finalmente se chega ao Castelo, entre nuvens de poeira levantadas pelos carros, não há um local apropriado para estacionamento. Este é feito de forma caótica, num terreno de terra batido, irregular, não demarcado. Não há qualquer estrutura

de receção ao visitante, muito menos um centro de acolhimento e interpretação. Dentro do Castelo, não há um percurso delimitado para o visitante, visando proteger as muralhas e os vestígios arqueológicos colocados à vista em anteriores escavações, assim como não há condições adequadas para visitantes com mobilidade reduzida.

É, pois, necessário melhorar os acessos e organizar o espaço envolvente do Castelo, construir um centro de acolhimento e interpretação, melhorar a sinalética de orientação e conteúdo ao longo do percurso da visita, garantir o acesso a pessoas com mobilidade reduzida e garantir a segurança do património, deste modo criando condições para que os visitantes possam fruir plenamente este monumento.

Para que as intervenções necessárias no Castelo de Paderne – escavações arqueológicas no interior do Castelo e na colina, melhoria dos acessos e arranjo do espaço envolvente, construção de um centro de acolhimento e interpretação – se tornem uma realidade, é necessário que o Governo dote a Direção Regional de Cultura do Algarve dos meios adequados, quer humanos, quer financeiros.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério da Cultura, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Reconhece o Ministério da Cultura que é necessário completar as escavações arqueológicas no Castelo de Paderne, alargando-as à colina onde este se situa, de forma a revelar, em toda a sua plenitude, o valioso património existente neste local?
2. Reconhece o Ministério da Cultura que é necessário melhorar os acessos e organizar o espaço envolvente do Castelo de Paderne, construir um centro de acolhimento e interpretação, melhorar a sinalética de orientação e conteúdo ao longo do percurso da visita, garantir o acesso a pessoas com mobilidade reduzida e garantir a segurança do património, deste modo criando condições para que os visitantes possam fruir plenamente este monumento?
3. Que recursos humanos e financeiros adicionais serão disponibilizados à Direção Regional de Cultura do Algarve para a concretização destas intervenções? Quando serão concretizadas?

Palácio de São Bento, 25 de julho de 2018

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)